

PATRIMÔNIO CARCERÁRIO E TURISMO: TRILHANDO NOVOS CAMINHOS

Prison Heritage and Tourism: Trailing new paths

**RAFAEL HENRIQUE TEIXEIRA-DA-SILVA¹, KARINE VERDUGO², LUÍSA ANTUNES³,
MARIA CLARA ALVES⁴**

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i2p308>

RESUMO

O presente artigo busca promover uma reflexão teórica acerca do patrimônio carcerário. Assim, pretende-se analisar criticamente as realidades que cercam a preservação e resguardo deste tipo de patrimônio e os possíveis novos usos para os patrimônios carcerários da cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais [Brasil]. Os procedimentos foram fundamentados na análise da produção acadêmica sobre essa temática e na consulta a bibliotecas, acervos históricos da cidade, além de páginas da Internet que continham notícias e informações relevantes sobre o patrimônio carcerário. A partir da análise desse material foi possível evidenciar que algumas edificações do município foram demolidas, buscando ressaltar a importância da memória pública prisional e a desconsideração que o patrimônio carcerário sofre no contexto contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Memória; Patrimônio Cultural; Patrimônio Carcerário; Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

ABSTRACT

This article seeks to promote a theoretical reflection on the prison heritage. Thereby, it is our intention to analyze critically the realities that surround the preservation and protection of this type of heritage and the possible new uses for the prison heritage in the city of Juiz de Fora [State of Minas Gerais, Brazil]. The methodological procedures were based on the analysis of academic production on this theme. Libraries and historical collections of the city were

¹ **Rafael Henrique Teixeira-da-Silva** – Doutor. Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1746191867559762> E-mail: rafahts@hotmail.com

² **Karine V. de F. Verdugo** – Bacharela em Turismo e em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5726518716722360>

³ **Luísa Antunes** – Bacharelada em Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6297781106780671>

⁴ **Maria Clara Alves** – Bacharelada em Turismo. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0787816353035741>

consulted, as well as Internet pages that contained relevant news and information about prison heritage. The analysis of the material shows that some buildings in the municipality were demolished, seeking to highlight the importance of public prison memory and the disregard that the prison heritage suffers in the contemporary context.

KEYWORDS

Tourism; Memory; Cultural Heritage; Prison Heritage; Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil.

INTRODUÇÃO

Ao se falar de antigos cárceres presentes no Brasil e no mundo, constata-se que estes locais são pouco utilizados para novas funções. Viviane Trindade Borges (2016, 2017, 2018), autora referência no debate acerca das edificações e de memória prisional, revela que vários destes prédios são patrimônios históricos e culturais autênticos, que em sua maioria foram demolidos e apagados por carregar lembranças que não são comumente valorizadas. Nesta senda, o presente artigo objetiva promover uma reflexão sobre o patrimônio carcerário e analisar criticamente as realidades que cercam o resguardo e salvaguarda desta expressão patrimonial. Assim, questionou-se qual a relevância do patrimônio carcerário hodiernamente e como o turismo pode auxiliar na promoção das potencialidades deste patrimônio e na elaboração de políticas de preservação efetivas.

Tendo em vista alcançar os objetivos e questões expostas, foi utilizada uma metodologia qualitativa, fundamentada na análise da produção acadêmica sobre essa temática (Healey & Healey, 2016). Ao buscar observar o modo como uma realidade social é construída e pensada em diferentes lugares e momentos (Chartier, 1990), foram consultadas fontes secundárias em bibliotecas e acervos históricos da cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais [Brasil]. Ainda nesse sentido, foram utilizadas páginas da Internet que continham notícias e informações relevantes sobre o patrimônio carcerário, por meio de palavras-chave que obedeciam a critérios de coerência, consistência e objetivação (Pazzetto, 2003).

Tratando-se de uma temática ainda incipiente e com poucas referências, ressalte-se que o patrimônio carcerário, mesmo sendo um assunto periférico e de difícil aceitação, vem ganhando destaque no debate patrimonial. Destarte, observa-se a necessidade de trabalhar os elementos materiais e imateriais que cercam as antigas penitenciárias brasileiras, que cumpriram durante anos seu papel e hoje carregam páginas importantes sobre a história e a memória do Brasil. É mandatório lembrar que o patrimônio permeia a construção e legitimação de construções coletivas de identidade (Graham, Ashworth & Tunbridge, 2000). Assim, a necessidade de rememorar esse patrimônio 'indesejado' pode ser trabalhada a partir da diligência por novos

usos para estes locais. Tal argumento é ponderoso para que o destino das penitenciárias desativadas não seja a destruição total do ambiente, que por si só já conta uma história que resiste aos discursos oficiais.

O que aparece ao observar e analisar os estudos realizados sobre o patrimônio carcerário é a ausência de concepções que o relacionem e o integrem com a história e a sociedade a qual pertencem. Até os dias de hoje, o tom genérico sobre a herança prisional é reduzido à insatisfação que este gera, colocando-o numa posição de insignificância que acaba por justificar sua demolição. Por esses motivos, o estudo proposto pretende demonstrar a importância deste passado silenciado (Pollak, 1989) e refletir sobre possibilidades para incentivar novos usos para estes locais, de modo a resguardar seus elementos tangíveis e intangíveis, com o intuito de reabilitar monumentos periféricos e marginalizados. Tenciona-se, assim, avançar em algumas hipóteses sobre como o turismo poderia auxiliar na preservação destes bens culturais, tendo em mente as benesses e os malefícios inerentes à atividade turística, com relação à proteção e fomento do patrimônio.

É neste ponto que a cidade de Juiz de Fora-MG foi escolhida como local para se propor novos usos do patrimônio carcerário, como modo de integrar lembranças marginais na memória coletiva desta sociedade. A escolha se deve ao fato de a cidade mineira dispor de vários espaços prisionais que, em sua maioria, são desconhecidos da maior parte da população, que se utiliza destes locais sem a compreensão e reconhecimento do seu passado.

EM BUSCA DO VALOR DO PATRIMÔNIO CARCERÁRIO

Como meio de fundamentação dos estudos realizados e maior compreensão acerca do objeto de estudo, houve certos aspectos que se tornaram referenciais para a elaboração do artigo. Sendo assim, o tema *patrimônio carcerário* vem sendo delineado nos últimos anos, tendo como um importante precursor o francês Jean Claude Vimont. Com isso, pressupõe-se que a discussão acerca da preservação patrimonial dos espaços prisionais seja pensada a partir de suas potencialidades, tendo como base as preocupações e os vestígios deixados pelos indivíduos que passaram pelo sistema prisional (Borges, 2017). Para Vimont (2010; 2014), a noção de patrimônio carcerário deve ser abrangente, abarcando registros sensíveis e todo tipo de vestígio ou intervenção realizada pelos presos. Por meio desta atitude, acredita-se promover uma ampliação das memórias a serem preservadas, considerando que existem muitas imagens, grafias e vestígios nas paredes e nos interiores das prisões, feitas por aqueles que fizeram parte do sistema prisional. Ainda nesse sentido, deve-se lembrar que:

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade [ou ausência dela]; artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam a sociedade (Aguirre, 2009, p. 35).

No Brasil, Viviane Trindade Borges é uma grande precursora no estudo do patrimônio carcerário, tendo realizado inúmeras pesquisas e estudos sobre a temática. Borges (2016) cita que as estratégias de patrimonialização possibilitam a atribuição de novos sentidos, usos e significados, atuando diretamente na construção de determinado valor patrimonial, ou seja, podendo auxiliar na concepção e percepção sobre o patrimônio carcerário. Com isso, diz que:

A categoria patrimônio carcerário envolve não apenas a dimensão edificada desses bens, mas sob uma perspectiva mais ampla e disseminada, englobando aspectos imateriais e materiais. Envolve a preservação da memória dos sujeitos envolvidos no cotidiano prisional: «os sentenciados, seus familiares e os funcionários das instituições», problematizando a dimensão imaterial da experiência prisional, suas rotinas e suas práticas cotidianas (Borges, 2017, p. 288).

As prisões se modificaram ao longo do tempo, assumindo assim, três funções: punir; defender a sociedade, isolando o malfeitor para evitar o contágio dos maus elementos; e corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade. Porém, Maranhão e Aguiar (2015) afirmam que o “sistema penal era baseado na ideia de que aquela construção era mais um instrumento de castigo do que de recuperação do preso. O desejo por parte das autoridades era o de controle das mentes e dos corpos rebeldes, transformando-os em instrumentos de fácil manipulação” (p. 80).

O Brasil possui o seu sistema carcerário pouco desenvolvido e força o Estado a buscar medidas paliativas para o crescente número de crimes e da violência no País. Inicialmente, o Exército foi utilizado como uma instituição penal, tornando-se no maior instrumento punitivo do Brasil. Ainda assim, as prisões eram vistas como locais sujos, improvisados, que causavam tortura a seus internos. No período colonial os cárceres eram locais onde os presos aguardavam seus castigos ou morte, que geralmente eram aplicadas publicamente. Porém, a partir da Constituição de 1824 e do Código Criminal de 1830, foi postulado que as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes (Maranhão & Aguiar, 2015).

Segundo Onodera (2007), ainda nos dias de hoje o sistema carcerário brasileiro continua tendo diversos focos de tensão, como pode ser constatado ao longo de sua história. Tal noção é pedra angular no entendimento desses novos tipos de patrimônio, incluindo os presídios, que são carregados de contradições e questões éticas, que os levam a ser caracterizados como

‘patrimônios dissonantes’ (Ashworth, Graham & Tunbridge, 2007). Portanto, se deve buscar formas de evitar os apagamentos contínuos das construções prisionais, pensando no resguardo da memória prisional e no alto potencial atrativo que este assunto pode ter. Claramente é primordial ter uma atenção redobrada para que estes espaços, ao serem transformados para visitação, não se tornem ambientes vazios de conteúdo crítico e reflexivo.

ANÁLISE DOS POTENCIAIS PATRIMÔNIOS CARCERÁRIOS EXISTENTES

Ao relacionar os conteúdos da preservação no âmbito prisional e do patrimônio cultural, algumas questões acerca do que deve ser protegido tornam-se latentes. Com isso, deve-se analisar o motivo e os critérios para a transformação de um local em um patrimônio carcerário, como: (1) a presença de figuras famosas, como por exemplo o Presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro, que ficou conhecido por aprisionar presos políticos famosos tanto na época do Estado Novo, como Graciliano Ramos, quanto na ditadura militar; (2) a ocorrência de acontecimentos marcantes, como o massacre do Carandiru; (3) e, por fim, a própria arquitetura do espaço, como a antiga Casa de Câmara e Cadeia em Ouro Preto, o atual Museu da Inconfidência.

Os presídios podem ser considerados como um sistema punitivo que tem por objetivo privar de liberdade pessoas que apresentassem comportamentos tidos como antissociais. Segundo Maranhão e Aguiar (2015), o sistema carcerário teve ao longo do tempo diversas utilizações, como: alojamento de escravos e ex-escravos, hospício, casa para o abrigo de doentes mentais, crianças de rua e, por fim, para privar de liberdade a inimigos políticos. Um exemplo a ser citado é o caso da Casa de Detenção de São Paulo, conhecido como Carandiru, no qual 111 presos foram mortos pela Polícia Militar no ano de 1992, com o intuito de reprimir uma rebelião, o chamado Massacre do Carandiru (Franco, 2016).

Segundo Borges (2016), no ano de 2002, três dos pavilhões que formavam o complexo foram demolidos e em 2005 foram colocados abaixo outros dois, restando apenas os pavilhões quatro e sete, que viraram Escolas Técnicas do estado de São Paulo. Além disso, no local foi construído o Parque da Juventude, proporcionando um novo uso para o antigo presídio que, apesar de proporcionar a prática de leitura, lazer e esporte para a população local, acabou por apagar uma ‘memória indesejável’, sem deixar qualquer rastro ou evidência do que ali existia previamente.

No ano de 2001, havia sido proposto pelo estado de São Paulo o tombamento do Conjunto de Edifícios da Penitenciária do Estado. No entanto, Borges (2018) explica que o interesse “em se preservar elementos artísticos, históricos, arquitetônicos e paisagísticos do ‘denominado Complexo Penitenciário do Carandiru’, conforme apontado no processo de tombamento, não

indicou a preservação das edificações da Casa de Detenção, datadas da década de 1950, ou seja, deixou de fora o próprio Carandiru” (p. 312). Foi no ano de 2014 que houve a abertura para visita pública à sede do Museu Penitenciário Paulista [Figura 2], localizado no antigo complexo do Carandiru [Figura 1], que contém o acervo referente ao presídio.

Figura 1 – Complexo do Carandiru



Fonte: <http://acessajuventude.webnode.com.br>

Figura 2 – Museu Penitenciário Paulista.



Fonte: <http://cidadedesaopaulo.com>

Dando seguimento nos exemplos de reutilização de espaços carcerários, foi constatada um aproveitamento considerado incomum para os mesmos. Foi encontrada uma lista de hotéis que previamente eram presídios, como é o caso do Langholmen Hotell (Figura 3), na Suécia. A despeito de ser uma casa de detenção ao longo do século XIX, atualmente o hotel conta com quartos modernos e aconchegantes, apresentando ainda elementos autênticos de uma prisão.

Ademais, o hotel contém um museu prisional no seu interior, intitulado *From Crime to Chains*, que relembra o passado da edificação e de seus integrantes.

Figura 3 – Interior do Langholmen Hotell



Fonte: <http://catracalivre.com.br>

Outro exemplar interessante é o Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande-Rio de Janeiro. Com uma paisagem marcada fortemente pela presença de instituições prisionais, a Ilha Grande possui elementos imensamente pertinentes para a história prisional do Brasil. O primeiro cárcere construído no local, denominado Presídio do Lazareto, tem origem no século XIX, na década de 1880. A localização em uma parte isolada da ilha se deve a necessidade de uma casa de detenção para o isolamento de portadores de doenças infectocontagiosas. Ao seguir uma tendência mundial de construir presídios em territórios de difícil acesso, foi instalada na ilha a Colônia Correcional de Dois Rios [CCDR]. A partir da década de 1930, Colônias Agrícolas foram construídas para que presos pudessem completar a fase final de suas sentenças. A datar de 1964, o Instituto Penal Cândido Mendes transformou-se em uma penitenciária de segurança máxima, enclausurando os detentos considerados mais perigosos para a época (Santos, 2006).

Durante o período da ditadura militar, os ‘presos comuns’ ocupavam o térreo, o primeiro e o segundo andar do edifício central do Cândido Mendes. Já no segundo piso, encontravam-se os presos políticos, como Orígenes Lessa e Graciliano Ramos, que escreveu *Memórias do Cárcere* relatando a experiência desumana vivida neste interim. Em 1985 ocorreu uma das fugas mais emblemáticas da história recente, quando um dos traficantes mais famosos do Brasil, conhecido

como 'Escadinha', escapou da prisão de helicóptero. A maior parte dos prédios foi implodida entre os anos de 1962 e 1994. Atualmente, há no local o Museu do Cárcere [Figura 4], que tem como proposta "servir como importante fonte de reflexão sobre as políticas carcerárias e seus reflexos na sociedade brasileira, a partir das sucessivas unidades penitenciárias da Ilha Grande" (Almeida, 2019, s.p.)

Figura 4 – Museu do Cárcere, Ilha Grande, Rio de Janeiro



Fonte: <http://meiahora.ig.com.br>

Destino semelhante teve o Presídio Frei Caneca [Figura 5], na cidade do Rio de Janeiro, localizado na Rua Frei Caneca ao longo de 160 anos. Criado em 1850, enquanto Casa de Correção, várias expansões foram realizadas no presídio, formando um complexo com oito pavilhões no total. No ano de 2006 a maioria dos pavilhões já se encontrava desativada, sendo que em 2010 todas as edificações foram implodidas. Do original, restaram o pórtico de entrada [Figura 6] e os muros de pedra fixados à óleo de baleia, ambos protegidos e tombados como Patrimônio Histórico e Cultural no âmbito municipal (Goyena, 2012). Onde anteriormente estava o Presídio Frei Caneca, atualmente existe um conjunto habitacional. Nos fundos da antiga prisão, onde se localizava o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, foi inaugurado em 2017 o Museu Penitenciário, que trabalha em seu acervo com a história do sistema penal do Rio de Janeiro. Os elementos expostos no Museu contam, sobretudo, com registros fotográficos, documentos e objetos pessoais, que anteriormente à sua criação, estavam localizados na Escola de Gestão Penitenciária (Goyena, 2012).

Figura 5 – Complexo do Presídio Frei Caneca



Fonte: <http://oglobo.com>

Figura 6 – Pórtico do Presídio Frei Caneca e conjunto habitacional



Fonte: <http://wimapia.org>

Ao partir para outro exemplo bastante conhecido, na cidade de Ouro Preto-MG, encontra-se o Museu da Inconfidência. Edificado no início do século XX, o prédio foi durante muitos anos Câmara Municipal, sendo transformado pelo Governador João Pinheiro em Penitenciária Estadual. Com a construção da Penitenciária de Neves em 1938, na região de Belo Horizonte, o prédio desocupado foi convertido no Museu da Inconfidência (Museu da Inconfidência, 2016). Nesta esteira de pensamento que o acervo museológico do espaço foi pensado e repensado ao longo das últimas décadas, fornecendo outras possibilidades de interação, além de práticas educativas desenvolvidas no recinto (Brusadin, 2014).

Citando caso análogo, é necessário mencionar o Presídio do Ahú, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná. Datado entre o final do século XIX e início do século XX, o edifício foi feito

presídio em 1905 (Abdalla, 2018). A prisão funcionou durante 113 anos e foi marcada por diversas histórias, sendo muitas delas contadas nas paredes do lugar, considerado por muitos como ‘mal assombrado’, fato esse que fez com que uma enorme fila se formasse em frente ao presídio no dia 21 de outubro de 2016, data em que foi aberto pela última vez para uma visita histórica (Santana, 2016). Uma das histórias mais marcantes deste espaço, que manteve presidiários até 2006, foi uma rebelião em 2000, que envolveu membros de facções criminosas. Os reclusos atearam fogo na prisão e fizeram dezenove reféns [catorze agentes penitenciários, dois pastores e três professores], sendo esta a última rebelião registrada no presídio (Oliveira, 2000). Ademais, durante o período da ditadura militar, centenas de opositores ao regime passaram pelo local, caso de Políbio Braga, que posteriormente escreveu o livro *Ahú, Diários de Uma Prisão Política* (Palmar, 2017).

O imóvel que recebeu o Presídio do Ahú hoje abriga as instalações dos Juizados Especiais e do Fórum Criminal pelo Tribunal de Justiça do Paraná [Figura 7]. Foram necessárias obras de grandes proporções para atualizar a edificação para os novos usos propostos, mantendo algumas características arquitetônicas que remetem ao tempo de penitenciária. A área interna do edifício foi demolida e reconstruída, a fachada foi restaurada e todas as paredes externas mantidas, onde antes havia um grande pátio, ganhando cobertura de vidro (Abdalla, 2018).

Figura 7 – Novas instalações dos Juizados Especiais e do Fórum Criminal de Curitiba



Fonte: <http://gazetadopovo.com.br>

Para ampliar o corpo ilustrativo de reutilização de presídios, deve-se mencionar o *Cárcel de Carabanchel* ou Prisão de Carabanchel, distrito da cidade espanhola de Madrid. A prisão teve seu funcionamento iniciado em 1952, abrigando principalmente presos políticos devido a

repressão franquista. No local havia, também, indivíduos presos por delitos comuns. Pelo grande número de presos políticos, o espaço foi marcado por uma narrativa de lutas devido à decorrência de militâncias, que eram proibidas. A obra foi demolida no ano de 2008 e devido às marcas deixadas por esses presos políticos ao longo dos anos, houve uma ampla revolta de parte da população, gerando uma grande manifestação no ano de 2014, no aniversário de demolição, em uma luta contra a repressão e em prol da memória histórica. Então, como forma de resgate dos elementos materiais e imateriais, foi construída uma réplica da prisão [Figura 8] e foi colocada uma placa em uma das laterais do edifício, em forma de memorial que se denominou *Jardín de la Memoria*. Além disso, julgou-se importante a implantação de uma sinalização patrimonial pública [Figura 9], demarcando os lugares que tinha relação simbólica com a prisão, proporcionando um itinerário patrimonial que atravessa Carabanchel.

Figura 8 – Réplica do *Cárcel de Carabanchel*



Fonte: Sergio Claudio Gonzalez García (2018)

Figura 9 – Sinalização Patrimonial



Fonte: Sergio Claudio Gonzalez García (2018)

Como último exemplo, merece ser citada a emblemática prisão de Alcatraz, nos Estados Unidos, que abrigou entre 1934 e 1963 criminosos norte-americanos famosos, como Al Capone. A prisão está localizada na ilha de Alcatraz, na região de São Francisco, e durante muitos anos foi considerada uma das mais seguras do planeta. A sua construção se iniciou em 1853 tendo como objetivo ser um ponto estratégico de defesa do território estadunidense, após a disputa pelo território da ilha com o México. E foi em 1868, que a construção na ilha se tornou um complexo penitenciário. Nos anos seguintes, foram construídos outros blocos para completar o complexo. Em 1963, a penitenciária chegou ao fim, após o presidente da época, John Kennedy, demonstrar o enorme dispêndio financeiro que a manutenção da prisão exigia. Assim, atualmente, a cadeia foi transformada em um patrimônio histórico e um ponto turístico, aberto à visitação durante o dia e a noite, na qual são contados os crimes e repressões de um período notável da história norte-americana.

NOVOS USOS EM POTENCIAL PARA PATRIMÔNIOS CARCERÁRIOS EM JUIZ DE FORA-MG

Na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, as cadeias possuem uma forte ligação com a questão educacional, pois várias delas deram lugar a espaços de ensino. Segundo informações levantadas no arquivo histórico da cidade, no ano de 1852 a cadeia pública funcionava juntamente com a Câmara Municipal. Entretanto, em 1884 ocorreu a divisão entre as duas funções, sendo que a nova sede da cadeia pública foi transferida para esquina da atual Avenida Getúlio Vargas com a Rua Espírito Santo (Oliveira, 2005). Em 1928 a cadeia foi demolida para dar lugar à Escola Normal [Figura 10], inaugurada em 1930, que ainda teve uma parte de sua construção também demolida em 1970, para dar passagem à Avenida Independência.

Figura 10 – Escola Normal de Juiz de Fora/MG em 1936



Fonte: <http://tancredoprofessor.com.br>

Atualmente, a escola é conhecida como Instituto Estadual de Educação, sendo tombado como um patrimônio histórico da cidade. A determinação de tombamento não se restringe à fachada e volumetria da edificação, levando em consideração seu interior, a divisão do espaço e as pinturas que se encontram dentro do edifício. Porém, em nenhum momento a memória prisional é mencionada no decreto, apagando uma parcela da história da cidade. Após a sua desativação, foi construída outra penitenciária no bairro da Tapera, atual Santa Terezinha, onde hoje funciona o Instituto de Laticínios Cândido Tostes [Figura 11].

Figura 11 – Instituto de Laticínios Cândido Tostes



Fonte: <http://acessa.com>

Durante a construção da nova cadeia, os presos ficaram alojados na rua Batista de Oliveira, local que em 1998 cedeu espaço para onde hoje está localizado o Conservatório de Música Haidée França Americano (Figura 12). No conservatório, nem todos os vestígios de que ali havia funcionado uma prisão foram totalmente apagados, mantendo assim parte da estrutura física, como registros da arquitetura do século XX. Durante muitos anos também era possível observar os escritos que os presidiários deixavam nas paredes (Arêas, 2008).

Figura 12 – Conservatório de Música Haidée França Americano



Fonte: <http://portalamirt.com.br>

A partir das informações levantadas, foi possível verificar que houve certa preocupação com as construções que abrigavam os presídios na cidade. Contudo, se a prática comum de demolição não foi a norma na cidade de Juiz de Fora, o apagamento das ‘memórias subterrâneas’ (Pollak, 1989) se deu como de praxe. De qualquer modo, através dos edifícios, essas memórias invadem o espaço público, dando visibilidade a irrupção de lembranças e reminiscências que ali resistem. O que falta é a visibilidade necessária para que a história e a memória dessa parcela da sociedade civil fiquem evidentes para todos os que passam e frequentam tais locais. Como forma de valorização dessa história, outros usos podem ser pensados para esses espaços, que podem inclusive incluir atividades de ensino. Nesse sentido, deve haver uma educação referente ao passado carcerário, de forma a buscar que as pessoas apreendam o contexto, as narrativas e os vestígios das pessoas que vivenciaram o ambiente carcerário de Juiz de Fora. Apesar de marginalizados, estes assuntos são de extrema importância para uma compreensão mais profunda da sociedade em que os indivíduos se encontram inseridos.

Assim, a educação patrimonial pode ser uma atividade a ser desenvolvida tanto pela Prefeitura quanto pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Nesta senda, são recomendados instrumentos que possibilitem uma melhor reflexão sobre a cidade, sua história e seu significado para a preservação da memória carcerária. Tal conscientização e sensibilização não devem partir somente das instituições e entidades públicas, levando em consideração a própria experiência das pessoas que vivenciaram e ajudaram a construir estes locais ao longo dos anos. Somente assim será possível uma transformação da realidade por meio de uma consciência crítica sobre a memória prisional. Para atingir os fins mencionados, seria vantajoso levar em consideração que o Conservatório de Música e o Instituto Estadual de Educação são locais destinados a crianças. Por isto, a abordagem deve ser acessível e ocorrer de uma forma ativa de conhecimento e apropriação da herança cultural (Horta, Grunberg & Monteiro, 1999).

Uma forma de levar esse conhecimento à comunidade de Juiz de Fora, considerando o público, seria a criação de projetos de colaboração entre a instituição que utiliza a edificação, a Prefeitura de Juiz de Fora e a Universidade Federal de Juiz de Fora. Sobretudo, a Universidade poderia auxiliar por meio da realização de projetos de extensão, no qual os bolsistas participantes iriam até esses locais para abordar o patrimônio carcerário, a história das edificações, a memória daqueles que passaram por ali e os vestígios deixados por estes. Desse modo, haveria a possibilidade de agendamento com os bolsistas para que tal projeto fosse colocado em prática em diversas escolas da cidade e da região de Juiz de Fora, afinal trata-se de elementos da história local que são muitas vezes esquecidos com o passar dos anos, ou mesmo silenciados pela história oficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os exemplos citados anteriormente, é notável que a demolição não deve ser a única solução para o patrimônio carcerário. Apesar do fato de muitos presídios não terem condições de serem preservados, por se encontrarem em estado precário, é extremamente necessário pleitear pela proteção desses bens imbuídos de memórias subterrâneas. Memórias que foram silenciadas ao longo de décadas e que nunca foram totalmente integradas à história coletiva da nação. Assim, sua preservação é um grito de reivindicação de grupos sociais continuamente excluídos das narrativas oficiais. O olhar crítico a esses elementos visa quebrar diversas barreiras sociais. Um exemplo salutar de transposição dessas fronteiras, foi a inclusão do álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997), do grupo Racionais MC's, na lista de livros do vestibular da Unicamp. Álbum que apresenta o cotidiano de detentos e ex-detentos dentro e fora da prisão, retratando uma parcela importante da cultura da periferia.

É evidente que muitos presídios não têm condições de serem protegidos, por se encontrarem em péssimo estado de conservação. Porém, algumas edificações devem ser selecionadas para serem preservadas, ressaltando a importância histórica e social de tais construções para as sociedades nas quais elas estão inseridas. Seleção que deve levar em consideração os elementos materiais e imateriais, que ajudam a solidificar estes bens enquanto patrimônios que integram a memória coletiva da localidade e da nação.

Como foi visto, a nova função atrelada aos antigos presídios na cidade de Juiz de Fora não leva em consideração o papel anterior que as edificações desempenhavam. Apesar de serem espaços estigmatizados, acredita-se que é possível superar a demolição/esquecimento destes antigos complexos penitenciários e trabalhá-los visando o desenvolvimento de atividades culturais, memorialísticas, sociais e turísticas. Para atingir essa finalidade educativa e de fomento à proteção do patrimônio, a atividade turística deve ser pensada de modo humanizado, consciente, que preze pelo planejamento sem se esquecer das questões afetivas, das trocas, das memórias e do aprendizado presentes nessas experiências telúricas que pressupõem o traspasar de espaços patrimoniais.

Dessa forma, buscou-se demonstrar o potencial que a cidade de Juiz de Fora apresenta, por contar com três cadeias desativadas que possuem suas histórias interligadas e que tiveram sua reutilização voltada para fins educativos. Sem embargo, ficou evidente que a memória carcerária não é abordada em nenhum dos espaços. Por isso, foi proposto interligá-las através de ações educativas que contem com a participação ativa da população local, dando evidência ao patrimônio e à memória carcerária.

REFERÊNCIAS

- Abdalla, S. (2018, 9 de junho). Depois de quase virar shopping e supermercado, Presídio do Ahú é restaurado para abrigar fórum. *Gazeta do Povo*. [Link](#).
- Aguirre, C. (2009). O cárcere na América Latina, 1800-1940. In C. N. Maia et al.(eds.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Almeida, G. (2019). Museu do Cárcere - MUCA. *Ecomuseu Ilha Grande UERJ*. [Link](#)
- Arêas, G. (2008, 25 de novembro). De cadeia pública a escola de música: Conservatório Estadual Haidée França Americano já abrigou presos em regime aberto. *Acessa.com*. [Link](#)
- Ashworth, G., Graham, B., & Tunbridge, J. (2007). *Pluralising Pasts: heritage, identity and place in multicultural societies*. London: Pluto Press.
- Borges, V. (2016). Carandiru: os usos da memória de um massacre. *Tempo e Argumento*, 8(19), 4-33. [Link](#)
- Borges, V. (2017). O patrimônio cultural e as prisões: apagamentos e silenciamentos. *História: Questões & Debates*, 65(1), 285-303. [Link](#)
- Borges, V. (2018). Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. *Tempo e Argumento*, 10(23), 310-332. [Link](#)
- Brusadin, L. (2014). O Museu da Inconfidência em Ouro Preto-MG e sua interface com o turismo, o patrimônio e a comunidade local. *Caderno Virtual de turismo*, 14(3), 298-315. [Link](#)
- Chartier, R. (1990) *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand.
- Franco, B. (2016, 28 de setembro). A nova vergonha do Carandiru. *Folha de São Paulo*. [Link](#)
- Gonzalez García, S. (2018). Vecinos recuperando la memoria: la cárcel de Carabanchel. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 22(599), 1-26. [Link](#)
- Goyena, A. (2012). Patrimônios entre escombros: notas sobre a demolição do Complexo Presidiário Frei Caneca. In I. Tamazo & M. F. Lima Filho (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. pp. 157-184. Goiânia: UFG.
- Graham, B., Ashworth, G., & Tunbridge, J. (2000). *A geography of heritage: power, culture and economy*. Londres: Arnold.
- Healey, M. & Healey, R. (2016). How to conduct a literature search. In N. Clifford & G. Vallentine (Eds.). *Key methods in geography*. pp.16-34. Londres: Sage.

Silva, R. H. T. da, Verdugo, K. V. de F. & Antunes, L. (2021). Patrimônio carcerário e turismo: trilhando novos caminhos. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 13(2), 308-324, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i2p308>

Horta, M., Grunberg, E., & Monteiro, A. (1999). *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial.

Maranhão, A. & Aguiar, S. (2016). Introdução ao sistema prisional e a patrimonialização da Casa de Detenção do Recife: da tortura à cultura. *Museologia e Patrimônio*, 9(1), 78-90. [Link](#)

Oliveira, F. (2005). A cadeia pública e o sustento dos presos pobres em Juiz de Fora, 1855-1889. *Anais... I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, Juiz de Fora, Brasil. [Link](#).

Oliveira, W. (2000, 12 de junho). Presos fazem reféns em rebelião no Paraná. *Folha de São Paulo*. [Link](#)

Onodera, I. (2007). *Estado e violência: Um estudo sobre o massacre do Carandiru*. Dissertação, Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. [Link](#)

Palmar, A. (2017, 7 de fevereiro). Demolição do antigo Presídio do Ahú, memórias de uma prisão política. *Vou te Contar*. [Link](#).

Pazzetto, V. (2003). *Pesquisa na Internet: uma abordagem através da metodologia científica*. Dissertação, Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. [Link](#)

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15. [Link](#)

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – PMJF (1990). *Decreto do Executivo 04406/1990*. [Link](#).

Santana, R. (2016, 21 de outubro). Presídio do Ahú: 113 anos de histórias macabras e mistérios. *Tribuna PR*. [Link](#)

Santos, M. (2006). Os porões da República: a Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. *Topoi*, 7(13), 445-476. [Link](#)

Vimont, J. (2010). Les graffiti de la maison d'arrêt du Havre. *Crimino Corpus*. [Link](#)

Vimont, J. (2014). La mémoire des murs. *Crimino Corpus*. [Link](#)

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 7 FEV 20; Aceito: 24 SET 20.